

# **BARREIRAS ARQUITETÔNICAS NAS VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA –RS**

HAAS, Alessandra<sup>1</sup>; FRIEDRICH, Laura Flores<sup>2</sup>; CARVALHO, Themis Goretti  
Moreira Leal de<sup>3</sup>

**Palavras chave:** Acessibilidade. Barreiras. PNE's. Vias públicas.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada em 1948, artigo III, todos ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Entretanto este direito não chega a todas as pessoas, principalmente aos portadores de necessidades especiais (PNE's), que por dependerem de adaptações para sua locomoção muitas vezes ficam ilhados em suas residências.

Esta falta de adequação nas calçadas, acesso a monumentos e órgãos públicos bem como no transporte público das cidades, aumentam as limitações e os constrangimentos dos PEN's, tendo como conseqüência seu isolamento da convivência em sociedade, depressão e sentimento de impotência por depender sempre de ajuda de terceiros para atividades que poderiam ser executadas independentemente, se estas adequações saíssem do papel.

A qualidade de vida dos PNE's depende principalmente das adequações arquitetônicas e urbanísticas de sua cidade, bairro e rua.

Pensando nestas questões originou-se o nosso problema de pesquisa:

- Quais as principais barreiras arquitetônicas que dificultam a acessibilidade aos PNE's encontrados nas vias públicas de Cruz Alta – RS?

O objetivo geral de nosso estudo foi verificar as principais barreiras arquitetônicas que dificultam à acessibilidade aos PNE's, encontradas nas vias públicas de Cruz Alta – RS. Para tal percorremos os seguintes objetivos específicos:

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Arquitetura da UNICRUZ, disciplina de Metodologia da Pesquisa – autora do estudo.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Arquitetura da UNICRUZ, disciplina de Metodologia da Pesquisa – autora do estudo.

<sup>3</sup> Fisioterapeuta, mestre em educação, docente do curso de Fisioterapia da UNICRUZ, técnica científica do Centro de Atendimento ao Educando – CAE/Tupanciretã-RS, Delegada Regional do CREFITO 5 e Delegada Regional da ABENFISIO-RS - orientadora da pesquisa. [themiscarvalho@brturbo.com.br](mailto:themiscarvalho@brturbo.com.br)

- constatar a presença de rampas de acesso nas calçadas das ruas e avenidas como nas faixas de segurança;
- determinar o percentual de vagas reservadas para veículos utilizados por PNE's nas vias públicas e sua sinalização;
- analisar as condições de acessibilidade nas praças públicas;
- verificar a adaptação dos banheiros públicos nas praças para o uso das pessoas portadoras de deficiências;
- constatar a existência de sinalizadores para a redução de velocidade onde haja a travessia de pedestres deficientes físicos.
- verificar os desníveis nas calçadas bem como a existência de sinalizadores táteis;
- analisar a qualidade e a quantidade de transportes públicos adaptados.

Ao identificar as principais dificuldades de locomoção e barreiras arquitetônicas nas vias públicas (ruas e avenidas) e praças na cidade de Cruz Alta enfrentadas pelos deficientes físicos temos uma visão mais precisa das exclusões a que eles estão submetidos. Isto é significativo, pois medidas precisam ser executadas para a garantia das leis que regem esta causa bem como para a melhoria da condição de cidadania dos deficientes. Também os resultados de nossa pesquisa permitiram o alerta aos setores responsáveis, como a prefeitura, das devidas modificações que a cidade deve sofrer, exercendo nosso papel de futuras arquitetas e urbanistas, contribuindo para a cidade e para o cidadão, justificando desta forma a realização de nosso estudo.

Nossa pesquisa tem características de um estudo descritivo e analítico-estudo de caso no qual foram estudados as barreiras arquitetônicas encontradas nas vias públicas da cidade de Cruz Alta- RS. Compreendeu as ruas, avenidas e praças públicas de três bairros distintos de Cruz Alta - RS: Centro, São José e São Miguel.

A coleta dos dados foi realizada através da observação participante, visitação nos locais e registro fotográfico.

Temos em nossa legislação determinado que deva haver a acessibilidade em todos os lugares, que inclusão social é lei e que elas protegem e amparam os PNE's (portadores de necessidades especiais).

Temos claro que o estudo da arquitetura e do urbanismo contemporâneo engloba não só projetos e cálculos tradicionais, mas também análise de

necessidades de todos os tipos de cidadãos. Desde os jovens, os PNE's e os velhinhos que necessitam de adaptações na casa para que consigam transitar sem riscos de acidentes.

A arquitetura atual compreende a diversidade e trabalha para o bem-estar dela, formando, na conclusão do curso, arquitetos, urbanistas e cidadãos conscientes. E estes, indicarão as alternativas e as propostas baseadas nos princípios da igualdade com diversidade, da liberdade com solidariedade.

O profissional deve, antes de tudo, se preocupar em compreender a emoção experimentada em cada espaço (constrangimento, afeto, rejeição, indiferença), para que desta maneira deixe contente as mais variadas pessoas que ocuparem os locais projetados.

As vias públicas das cidades são as chaves para a locomoção de qualquer cidadão, ou seja, se elas estiverem adaptadas como regem as leis, toda e qualquer pessoa, independente de estado físico poderá circular livremente nas cidades.

Para que as vias públicas estejam de acordo com o que precisam os portadores de necessidades especiais, devem estar regulamentadas pelas normas da ABNT. Entretanto, o que encontramos na cidade de Cruz Alta- RS foi:

- a) Ausência de calçamento em algumas calçadas;
- b) degraus;
- c) pisos derrapantes;
- d) ausência de sinalização sonora nas sinaleiras;
- e) ausência de rampas para acesso da maioria das calçadas;
- f) ausência de sinalizações táteis para cegos na maioria dos casos;
- g) ausência de adaptações em transportes públicos;
- h) adaptações de telefones públicos;
- i) ausência de estacionamentos especiais para PNE's.

Para que tenhamos cidadãos satisfeitos e livres, devemos ter a consciência de que as adaptações em vias públicas devem ser a primeira coisa

a ser feita. Sem elas, nunca teremos igualdade e inclusão social, algo tão frisado pelas propostas de governos atuais e ao mesmo tempo tão carente de realizações.

Verificamos que apenas no bairro centro encontram-se algumas adequações à acessibilidade, como rampas, sinalizadores táteis e vagas reservadas a PNE's e nos demais bairros, muitas vezes, não existem nem calçadas em boas condições. Na maioria delas, foram encontrados grandes desníveis, degraus e rampas fora das normas estabelecidas.

Chega-se, então, a conclusão de que se quem tem o poder nas mãos colocasse-se no lugar daqueles que por debilitações não conseguem realizar algumas tarefas sem a ajuda de terceiros, o plano urbanístico das nossas cidades seria totalmente reformulado, dando prioridade à extinção de barreiras arquitetônicas e à qualidade de vida da população em geral seria melhorada.